



澳門特別行政區政府
Governo da Região Administrativa Especial de Macau
財政局
Direcção dos Serviços de Finanças

(Tradução)

Resposta à interpelação escrita apresentada pelo deputado à Assembleia Legislativa, Ng Kuok Cheong

Em cumprimento das instruções do Chefe do Executivo e tendo em consideração os pareceres do Gabinete de Apoio ao Secretariado Permanente do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, do Instituto Cultural (IC), da Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes (DSSOPT) e do Gabinete para o Desenvolvimento de Infra-estruturas (GDI), a Direcção dos Serviços de Finanças (DSF) apresenta a seguinte resposta à interpelação escrita do Sr. Deputado, Ng Kuok Cheong, de 12 de Julho de 2021, enviada a coberto do ofício n.º 795/E571/VI/GPAL/2021 da Assembleia Legislativa, de 20 de Julho de 2021, e recebida pelo Gabinete do Chefe do Executivo, em 21 de Julho de 2021:

O Governo da RAEM já planeou a construção, em vários terrenos da RAEM, de edifícios destinados a armazéns e a escritórios para o uso dos serviços e organismos públicos, sendo que algumas dessas obras já estão terminadas, seguindo-se, sucessivamente, a recepção. Prevê-se que, após a conclusão de todas as obras, a área dedicada aos escritórios seja suficiente para acolher todos os serviços e organismos públicos que se encontram, actualmente, a funcionar e a arrendar imóveis privados.

Em relação à questão sobre os escritórios do Complexo da Plataforma de Serviços para a Cooperação Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, a DSSOPT já lançou um concurso público em Julho visando as respectivas obras de decoração, e procedeu à abertura das propostas do



澳門特別行政區政府
Governo da Região Administrativa Especial de Macau
財政局
Direcção dos Serviços de Finanças

concurso público em 3 de Agosto. Concluídas as referidas obras, passarão lá a funcionar o Secretariado Permanente do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Macau) e o Gabinete de Apoio.

No tocante à pergunta colocada no ponto dois da interpelação, o DGI esclareceu que as duas plantas de condições urbanísticas emitidas prevêem, claramente, que o terreno do antigo Edifício do Tribunal localizado na Praia Grande e do antigo Edifício da Polícia Judiciária, bem como o terreno adjacente ao Edifício dos Tribunais de Segunda e Última Instâncias, sejam ambos afectos para uso dos tribunais, sendo levado a cabo, no corrente ano, a elaboração dos projectos desses dois terrenos.

Ademais, o IC considera que a estrutura interna do antigo Edifício da Polícia Judiciária está relativamente degradada e, se esse edifício fosse aberto à população para a prestação de serviços públicos ou a realização de actividades culturais, seria necessário investir uma verba pública avultada destinada a reparações e a remodelações de grande dimensão. Tomando em conta que o mesmo já se encontra planeado para uso dos tribunais, e a fim de evitar o desperdício do erário público, o IC não tem, até ao momento, qualquer plano para a recuperação do antigo Edifício da Polícia Judiciária.

Quanto à localização dos gabinetes de secretário, o Governo da RAEM irá levar em consideração os diversos aspectos, só que, neste momento, não há condições para a mudança para outro local de trabalho, do Gabinete do Secretário para a Economia e Finanças e do Gabinete do Secretário para os Transportes e Obras Públicas.

Com vista a utilizar melhor os recursos públicos, a DSF irá continuar a



澳門特別行政區政府
Governo da Região Administrativa Especial de Macau
財政局
Direcção dos Serviços de Finanças

coadunar-se com os planos dos serviços de obras públicas, acompanhando, de perto, o progresso das construções de edifícios destinados a escritórios, dando a prevalência da sua utilização para o funcionamento de serviços arrendatários de imóveis privados, por forma a reduzir, gradualmente, as despesas com a renda por parte da RAEM.

Macau, aos 5 de Agosto de 2021.

O Director dos Serviços
Iong Kong Leong